

## Introdução

A perspectiva geral que se vai reter neste texto é a de que as actuais transformações geopolíticas com maior impacto na Europa têm a sua origem nas profundas mudanças que estão em curso no que foi a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e são multiplicadas por processos inter-relacionados, que se desencadearam nos Balcãs, no Cáucaso e no Golfo. Três processos principais se sucederam, encadeando-se e interagindo:

- Um primeiro processo centrado na retirada da URSS da sua cintura exterior, em especial da Europa Central, mas também do Afeganistão e da Mongólia. O facto mais relevante deste processo foi a reunificação alemã, com integração na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e redução do potencial estratégico alemão. Facto igualmente central foi a mudança no dispositivo geopolítico soviético no Médio Oriente, com o início de uma clara aproximação a Israel. Paralelamente a este processo, ocorreu a crise do Golfo e acumularam-se os factores de crise na Jugoslávia.

- Um segundo processo centrado na desintegração da URSS como Estado federal e na criação de novos Estados independentes, alguns dos quais irão manter laços económicos e/ou estratégicos entre si. O facto mais relevante deste processo é a independência ucraniana, levando à constituição de um Estado com poder militar significativo e potenciais problemas de fronteiras e/ou minorias, com todos os seus vizinhos. Paralelamente a este processo, desencadeou-se a guerra civil na Jugoslávia e a desintegração do respectivo Estado federal, acumularam-se factores de crise na Checoslováquia (separatismo da Eslováquia), agudizaram-se tensões no Kurdistão, associadas com a eventual mudança de orgânica e de regime no Iraque, processo que interage no espaço regional com a independência do Azerbaijão ex-soviético.

- Um terceiro processo centrado na afirmação individual da República da Rússia, simultâneo com o agravar dos movimentos separatistas nalgumas das suas Repúblicas autónomas. Em paralelo podem ocorrer dois outros processos: a desintegração do Estado checoslovaco e a reunificação romena, por anexação da Bessarábia (actualmente integrada na República da Moldávia). E acentuar-se-ão, presumivelmente, os factores de confronto na Ásia Central em ligação com a situação no Golfo, por via da rivalidade entre a Arábia Saudita e o Irão.

Os dois primeiros processos vão ser apresentados através da caracterização mais detalhada nas seguintes áreas:

- Alemanha;
- Europa Central;
- Europa Ocidental;
- Europa Balcânica;
- Cáucaso e Kurdistão;
- Golfo e Ásia Central.

## **1. Primeiro processo — A retirada da URSS da sua cintura exterior**

### **1.1. A reunificação alemã**

A reunificação alemã foi realizada no seguinte contexto estratégico e geopolítico:

- um tratado de boa vizinhança, parceria e cooperação com a URSS, integrando uma cláusula de não agressão, em paralelo com a aceitação pelos soviéticos da retirada das suas tropas estacionadas na ex-RDA, até 1994;
- a aceitação das fronteiras das duas Alemanhas, a protecção dos direitos da minoria alemã na Polónia, em contrapartida do apoio alemão a uma associação estreita da Polónia na Comunidade Económica Europeia e à participação dos capitais alemães no desenvolvimento dos antigos territórios alemães actualmente pertencentes à Polónia (por exemplo, a Silésia) ;
- a integração da Alemanha unificada na OTAN, na condição de, após 1994, as forças aliadas não poderem utilizar o território da ex-RDA, nem aí estacionar armas nucleares. Estas disposições significam que a Alemanha é responsável, sozinha, pela defesa da sua fronteira Leste e aceitou a desnuclearização de parte do seu território;
- a redução das suas forças armadas, de um patamar de 490 000 homens (ex-RFA) para um de 370 000, com uma redução mais do que proporcional na sua Marinha. Esta redução não pode por sua vez deixar de arrastar consequências para a dimensão e autonomia do mercado nacional das suas indústrias da defesa;
- a modificação do peso relativo dos Estados alemães, em consequência da reunificação e da mudança da capital para Berlim. A Baviera foi particularmente atingida e, provavelmente, passou a conceber o aumento da sua importância relativa através do aumento da influência alemã no Danúbio e nos Balcãs, em contrapartida da aceitação das fronteiras actuais com a Polónia.

### **1.2. A resposta na Europa Ocidental à reunificação alemã**

Vão ser três os movimentos originados pela reunificação alemã e com impacto na Europa Ocidental:

- a Alemanha considerou que a maximização da sua influência na Europa seria obtida se a reunificação alemã fosse acompanhada de novos passos no sentido da unificação europeia. Mas, como potência no centro da Europa, este processo é por ela concebido como envolvendo obrigatoriamente países da Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA) e alguns países de Leste;
- a França considerou que, face à reunificação alemã, os seus interesses ficariam melhor defendidos com um novo passo na descaracterização nacional da Alemanha (através da União Económica e Monetária [UEM]) e com o seu enquadramento numa política externa e de segurança

européias, que limitassem a margem de autonomia alemã e a conquistassem para o reforço organizativo e tecnológico dos meios militares próprios da Europa Ocidental, passo considerado necessário pela França para chegar a uma maior autonomia de decisão face aos Estados Unidos da América. Essa colaboração militar poderia fornecer, por sua vez, um quadro para o futuro desenvolvimento das indústrias de defesa alemãs, num período de mais agressiva competição com os Estados Unidos nessa área;

- os Estados Unidos e a Grã-Bretanha procuraram fazer acompanhar a reunificação alemã por uma reformulação da OTAN que, adaptando-se à redução de riscos na Europa Central, permitisse manter tropas aliadas na Alemanha, com uma redução muito pronunciada da presença militar americana na Europa e assegurasse, ao mesmo tempo, a capacidade para defender os flancos norte e sul da Aliança. Daí as propostas de criação de corpos multinacionais e de uma força de intervenção rápida.

### **1.3. O vazio estratégico na Europa Central**

A Europa Central (Polónia, Checoslováquia e Hungria) esteve, nesta conjuntura, envolvida numa profunda modificação do seu enquadramento estratégico, patente nos seguintes factos:

- a decisão de retirar as tropas soviéticas, até 1994 no primeiro daqueles países, e até 1992 nos dois restantes;
- a assinatura do tratado sobre Forças Convencionais na Europa (CFE), arrastando duas consequências:
  - o desmantelamento da capacidade da URSS montar um ataque convencional, em larga escala, contra a Europa Ocidental, permanecendo no entanto com forças para ameaçar os países da Europa Central;
  - o estabelecimento de regras que tornassem impossível à URSS voltar a introduzir quantidades significativas de equipamento militar naqueles países, sem violar um tratado assinado por todos os países membros da OTAN. Tais regras acabam por envolver indirectamente esta organização na segurança da Europa Central<sup>1</sup>, num contexto em que, devido às condições específicas da reunificação alemã, apenas as tropas da Alemanha poderão utilizar o território da ex-RDA, em qualquer dispositivo de implantação avançada que pudesse dar corpo a uma garantia efectiva por parte da OTAN;
- a dissolução do Pacto de Varsóvia e a insistência soviética em celebrar tratados de amizade e cooperação que limitassem a margem de escolha dos países da Europa Central, ao impedi-los de estabelecer relações com organizações que pudessem constituir uma ameaça para a URSS. Face à recusa daqueles países em aceitar esta solução, o vazio estratégico criado só poderia ser reduzido através de fórmulas como a das garantias de segurança negativas, a das garantias positivas, mas sem integração em nenhuma organização militar, a da adopção de uma neutralidade armada (à maneira sueca) ou ainda a de uma neutralidade garantida por acordo de

potências exteriores (à maneira austríaca) , qualquer destas soluções apresentando inconvenientes ou sérias dificuldades.

### **1.4. Europa Balcânica — o agudizar da crise jugoslava**

Desde a sua fundação, a seguir à I Guerra Mundial, que a coexistência num mesmo Estado das várias nacionalidades que compõem a Jugoslávia se tem revelado muito difícil, se bem que a existência deste Estado tenha sido encarada, em várias conjunturas, como fundamental para o equilíbrio europeu. Já em 1929 fora interrompida a experiência democrática, instaurada uma ditadura monárquica em torno da dinastia sérvia e levada a cabo uma divisão administrativa sem relação com o recorte das nacionalidades.

A II Guerra Mundial levou, por sua vez, à desarticulação do Estado jugoslavo pelas potências do Eixo. Assim, a Eslovénia foi partilhada entre a Alemanha (através da Áustria) e a Itália, que viu igualmente alargada a sua presença na Dalmácia e a sua influência no Montenegro; foi criado um Estado croata, englobando a Bósnia-Herzegovina; a Albânia, sob controlo italiano, vê constituída a Grande Albânia, por incorporação do Kosovo e de parte da Macedónia, sendo a parte restante deste território entregue à Bulgária; a Sérvia também perde territórios a Norte para a Hungria e é ocupada militarmente pela Alemanha. E neste contexto de fragmentação que vai ter lugar a guerra civil entre as nacionalidades jugoslavas. Com o fim da guerra e a derrota das potências do Eixo, uma nova Jugoslávia é formada, agora com uma organização federal e um regime totalitário, dirigido pelo Partido Comunista. Os conflitos internos não deixaram, no entanto, de se desenvolver, levando à revisão da Constituição, em 1974, que consagrou uma dupla evolução:

- um reforço dos poderes das Repúblicas que correspondiam às nacionalidades minoritárias, duplicado pela natureza do regime político que, não admitindo o multipartidarismo em termos ideológicos, funcionava através de vários partidos comunistas de base republicana. Como alguns observadores referiram, os dirigentes comunistas daquelas Repúblicas lançaram-se, nos anos seguintes, na criação de proto-Estados<sup>2</sup>;
- a manutenção do controlo sérvio sobre a única instituição verdadeiramente federal — as forças armadas centrais —, ao mesmo tempo que os sérvios eram impossibilitados de fazer jogar o peso da sua maioria relativa nas estruturas federais, não só em consequência da sua distribuição por várias das outras Repúblicas, como também devido à criação, em 1974, de duas regiões autónomas no interior da República da Sérvia — o Kosovo, a sul, cuja população era maioritariamente albanesa, e a Voivodina, a norte, onde existia uma minoria húngara. Com a morte de Tito, em 1980, esta complexa arquitectura entrou em colapso e, face à inevitável evolução democrática que as mudanças entretanto ocorridas na União Soviética prenunciavam, os comunistas da República da Sérvia decidiram consolidar o seu poder, na base de um programa nacionalista

sérvio, de que a primeira manifestação foi a supressão dos estatutos de autonomia do Kosovo e da Voivodina, acompanhada por uma repressão política e cultural contra a minoria albanesa. Com o início das eleições republicanas, a partir de 1989, que deram a vitória em todas as Repúblicas — excepto na Sérvia e no Montenegro — às forças anticomunistas e favoráveis à afirmação das respectivas soberanias, e face à impossibilidade de realizar eleições ao nível federal, vai iniciar-se um período de confronto entre duas concepções para o futuro do Estado jugoslavo — uma federal e outra defendendo a criação de uma confederação de Estados soberanos.

A retirada da URSS da Europa de Leste, alterando totalmente o contexto internacional em que fora possível manter a Jugoslávia unificada, pelo receio de uma invasão das forças do Pacto de Varsóvia e pelo papel do seu não alinhamento no equilíbrio europeu, favoreceu naturalmente a manifestação mais clara de forças de desagregação interna.

Mas, ao mesmo tempo, o receio de que uma desagregação da Jugoslávia contribuisse para a própria crise interna na URSS, levou vários países europeus, nesta conjuntura, a manifestarem-se claramente a favor da unidade da Jugoslávia. Esta posição foi, por sua vez, reforçada nalguns desses países, devido ao apoio manifestado por sectores políticos alemães às pretensões separatistas da Eslovénia e da Croácia (entre esses sectores incluíam--se, provavelmente, os que consideravam que a solução encontrada para a questão da fronteira polaca exigia uma «compensação» através de uma maior influência alemã nas regiões danubiana e balcânica).

### **1.5. Do Médio Oriente ao Golfo**

Uma das mais relevantes modificações na política externa soviética, nesta conjuntura, foi a que se refere ao Médio Oriente. A autorização de uma emigração em larga escala de judeus soviéticos para Israel, apontando para uma clara disponibilidade para a melhoria das relações bilaterais; a decisão de recusar à Síria o apoio militar para obter a paridade estratégica com Israel; o esforço de aproximação à Arábia Saudita, na sequência da retirada do Afeganistão, foram outros tantos sinais de uma profunda mudança no tradicional e ineficaz dispositivo soviético no Médio Oriente. Neste contexto veio a inserir-se a tentativa do Iraque, com eventuais complicitades nos sectores soviéticos associados à tradicional política antijudaica e favorável aos regimes árabes radicais, de se afirmar como potência dominante no Golfo e, a partir dessa posição, tornar-se na força árabe decisiva para qualquer evolução no conflito israelo-árabe.

A guerra do Golfo veio demonstrar a superioridade militar dos Estados Unidos e as limitações europeias para conduzir operações militares de grande envergadura nas suas periferias, com recurso às novas gerações de tecnologias militares. A derrota do Iraque retirou, por sua vez, à França o seu principal investimento ao serviço de uma política no Médio Oriente

independente dos Estados Unidos, e ofereceu a estes o papel quase exclusivo na procura da paz nesta região.

A derrota iraquiana na guerra do Golfo não levou, porém, imediatamente ao derrube do regime, tendo, no entanto, libertado as forças do autonomismo kurdo. Neste conflito destacou-se também a atitude da Turquia, no duplo sentido de se ter colocado abertamente ao lado da coligação dirigida pelos Estados Unidos e de ter aproveitado a ocasião para iniciar uma revisão substancial da sua tradicional política anti-kurda (os kurdos representam cerca de um quinto da população turca).

## **2. Segundo processo — A desintegração da URSS**

Este processo, que ganhou velocidade após a tentativa falhada de golpe de Estado de Agosto de 1991, não fez sentir ainda a totalidade dos seus efeitos, pelo que algumas das observações que são apresentadas seguidamente não correspondem a factos já concretizados, mas a hipóteses por confirmar.

### **2.1. A independência dos países bálticos**

A independência dos países bálticos tem, para a Rússia, uma importante consequência estratégica, ao reduzir as suas principais instalações militares no Báltico àquele que passou a ser um enclave entre a Polónia e a Lituânia — o território de Kaliningrad — na antiga Prússia Oriental. E a Rússia necessita de uma forte presença naval no Báltico, não só por razões de defesa territorial próxima, como por razões que se prendem com a defesa estratégica da sua mais importante concentração militar no norte — a península de Kola.

A independência da Lituânia arrasta também consigo problemas territoriais e de minorias, já que a sua capital, Vilnius, foi fonte de disputas entre a Polónia e a Lituânia, no período entre as duas guerras, pode ser hoje objecto de tensões com a Bielorrússia, e o tratamento da minoria polaca constitui um foco de tensão com a Polónia.

### **2.2. A independência da Ucrânia**

A república da Ucrânia, nas suas actuais fronteiras, representa uma entidade que pela primeira vez surge na Europa. Com as rectificações de fronteiras realizadas em consequência do pacto germano-soviético e dos ajustamentos do pós-guerra (envolvendo a Polónia, a Checoslováquia e a Roménia) foi assegurada a unificação dos ucranianos no seio da URSS, ao mesmo tempo que era reforçada a minoria étnica russa na Ucrânia (nomeadamente com a incorporação da Crimeia, decidida em 1954), e prosseguia a colocação de ucranianos em outras Repúblicas da URSS, como fazendo parte do núcleo eslavo dominante.



A República ucraniana não só tem potenciais problemas de fronteiras com todos os Estados vizinhos e contém no seu interior uma importante minoria russa, como é atravessada pela fronteira religiosa que separa, na Europa de Leste, o mundo ortodoxo do mundo de influência católica (neste caso sob a forma greco-católica), num período de acentuado dinamismo deste último. No caso da Ucrânia acrescenta-se uma outra divisão, esta entre os ortodoxos, com o movimento de forças nacionalistas que desejam a criação de uma Igreja autocéfala ucraniana, separada do patriarcado de Moscovo. Esta problemática, que pode agravar a instabilidade interna, limita, por sua vez, e seriamente, a possibilidade de uma associação política polaco-ucraniana, como forma de gerir os problemas de fronteiras com uma Polónia católica, base de apoio à nova evangelização do Leste, desejada por Roma.

Por sua vez, as relações futuras com a Rússia, num contexto em que a Ucrânia se quer assumir como um poder militar na Europa, com autonomia para defender os seus interesses face a vizinhos, podem ser difíceis de gerir devido a quatro razões:

- a Rússia não pode tolerar uma Ucrânia nuclear fora de uma estrutura militar integrada, posição em que é acompanhada pelo Ocidente;
- a Rússia, se já aceita hoje que a Ucrânia constitua um forte exército convencional, a partir das actuais forças soviéticas ali estacionadas, não pode aceitar que a dimensão dessas forças, tendo em consideração os limites estabelecidos pelo tratado CFE, reduza as forças russas a ocidente dos Urais abaixo de um certo limiar;
- a Rússia, se pode aceitar não levantar a questão da integração da Crimeia na Ucrânia, nunca aceitará perder o controlo total da actual esquadra soviética do Mar Negro, cuja principal base se encontra naquela península. Com efeito, sem uma presença naval dessa dimensão no Mar Negro, a Rússia deixaria de ser uma potência do Mediterrâneo e veria mais reduzida ainda a sua influência futura no Médio Oriente;
- a Rússia, do ponto de vista geoeconómico, vai ficar dependente da Ucrânia para o trânsito de muitas das suas exportações (por exemplo, de energia) para os países da Europa Ocidental, Central e Balcânica, continuando no entanto a constituir uma importante fonte de abastecimento energético da Ucrânia.

As relações estratégicas entre a Rússia e a Ucrânia podem vir a estabilizar em torno de duas soluções:

- a Ucrânia aceitaria a sua desnuclearização, em contrapartida da aceitação pela Rússia das actuais fronteiras entre os dois Estados;
- a partilha da esquadra do Mar Negro, em que a Ucrânia está interessada devido ao potencial conflito fronteiriço com a Roménia, seria realizada em contrapartida de um apoio político e diplomático da Rússia pacífica daquele problema.

As futuras relações da Rússia com a Ucrânia são no entanto mais complexas se tomarmos em linha de conta a relação de qualquer delas com a Ásia Central ex-soviética. Com efeito:

- a Rússia necessita manter uma relação estreita com o Kazaquistão, não só pelas vantagens que a meridionalidade desta república oferece para o acesso a certas órbitas no Espaço, como pelo facto de nela existir uma importante minoria russa. Mas é difícil conceber uma relação dessa natureza fora de um contexto em que a Rússia exerça influência na generalidade da Ásia Central;

a Ucrânia parece pouco interessada em canalizar fundos para suportar as enormes necessidades de desenvolvimento da Ásia Central, estando mais disponível para uma aproximação entre as ex-Repúblicas eslavas da URSS, como quadro para gerir as suas relações com a Rússia, quadro para ela tanto mais interessante quanto fosse aberto a outros Estados eslavos (por exemplo, Bulgária, país igualmente com fronteiras com a Roménia e sem antagonismos com o mundo germânico). Uma evolução desta natureza poderá no entanto desencadear movimentos de agrupamento entre as Repúblicas da Ásia Central, marginalizadas nesse processo. Mas esses agrupamentos tenderão a ser intrinsecamente instáveis, pela dificuldade em conter as rivalidades entre Kazaques, Ouzbeques e Tadjiques, sem uma intervenção exterior.

A Ucrânia pode estar fortemente interessada numa aproximação geopolítica ao mundo germano-húngaro, o que exige, no entanto, a sua desnuclearização. Essa aproximação pode vir a realizar-se em quatro direcções:

- estabilizar a questão das fronteiras com a Polónia, em que a Alemanha e a Ucrânia são partes interessadas, e coordenar a actuação das respectivas minorias na cena política polaca;
- colaborar na expansão dos interesses germano-húngaros nos Balcãs, através da aceitação da separação da Eslovénia e da Croácia, cuja independência foi já reconhecida pela Ucrânia;
- procurar explorar convergências a propósito da Roménia, com quem a Hungria e a Ucrânia têm antagonismos potenciais;
- procurar, eventualmente, redefinir esferas de influência na Europa Central, através da desintegração da Checoslováquia, ficando a Boémia/Morávia na esfera alemã e a Eslováquia sob influência ucraniana. No entanto, e do ponto de vista económico, a Alemanha, absorvida pela sua reunificação, pelo apoio à sua nova esfera de influência na Europa Central e Balcânica e pelas exigências da relação com a Rússia, não pode constituir o pólo central de apoio económico à Ucrânia. Os países anglo-saxónicos (Estados Unidos, Grã-Bretanha e Canadá) e os países escandinavos podem desempenhar um importante papel a esse nível.

### **2.3. A independência da Moldávia e a eventual reunificação romena**

A República da Moldávia é actualmente constituída por parte da Bessarábia, território maioritariamente povoado de romenos, mas historicamente disputado pela Rússia e pela Roménia, entre outras



razões pela possibilidade que dava de controlo próximo das bocas do Danúbio, e através deste da influência no respectivo «hinterland». A parte restante da Bessarábia, situada a Sul (Bujac) foi incorporada na Ucrânia, para quem foi assim transferida aquela potencialidade de controlo da foz do Danúbio. Por sua vez, a República da Moldávia recebeu territórios na margem esquerda do Dniester, povoados por russos e ucranianos.

A independência da Moldávia, ao decorrer em paralelo com a da Ucrânia, vai inevitavelmente levantar problemas com a Roménia:

- a minoria eslava, actualmente organizada numa «República Moldava da Transnistria», dificilmente aceitará permanecer numa República moldava, cujo destino último prevê que seja a reunificação com a Roménia. Dessa forma, colocar-se-á o problema da relação futura da minoria russófona na Moldávia com a Ucrânia;
- a Roménia, a partir do momento em que a Ucrânia se torne independente, tenderá a colocar o problema de antigos territórios romenos, integrados por Estaline na Ucrânia, como o Bujac, já referido atrás, e a Bucovina do Norte. Fá-lo-á tanto mais facilmente quanto o próprio movimento de secessão dos eslavos da Moldávia abrir a possibilidade de uma troca territorial com a Ucrânia.

A eventual reunificação dos romenos pode, por sua vez, vir a agravar as tensões entre a Roménia e a Hungria, em torno de questões territoriais herdadas do final da I Guerra Mundial (Transilvânia e Banato de Timisoara) e do estatuto da numerosa minoria húngara que habita na Roménia. Note-se, no entanto, que a localização de parte desta minoria, bem no interior da actual Roménia, torna difícil conceber a resolução do problema exclusivamente com base numa rectificação de fronteiras.

#### **2.4. A Europa Central – uma nova ameaça e diferentes perspectivas de reorganização estatal**

Nesta segunda conjuntura as questões de segurança da Europa Central mudam uma segunda vez de natureza. Assim:

- a Rússia (ou o que restou da URSS) deixou de pretender incluir nos tratados de amizade e cooperação com os países da Europa Central qualquer cláusula que limitasse a sua eventual associação a organizações multilaterais, por motivos que se prendessem com a segurança da Rússia. Refira-se, aliás, que esta mudança vai estimular as forças que na Roménia pretendem rever o tratado celebrado com a URSS antes de Agosto, e no qual estava incluída uma cláusula daquela natureza, para além de uma outra reafirmando as fronteiras actuais da Roménia com a URSS de então, ou seja, não pondo em causa a anexação soviética da Bessarábia e da Bucovina do Norte;
- o surgimento de uma Ucrânia independente, dotada de meios militares próprios e não integrada na mesma estrutura militar e/ou na mesma aliança que os três Estados da Europa Central e incorporando a Ruténia

subcarpática, obtida pela URSS da Checoslováquia em 1947 (e que dá a possibilidade de acesso à Hungria e à Checoslováquia, a partir de território ucraniano), constitui uma mudança substancial na situação geoestratégica daqueles Estados;

- a afirmação da Ucrânia pode, no entanto, vir a originar uma diferenciação no que respeita à situação de segurança dos três países da Europa Central, tendo em consideração que a Ucrânia não tem problemas de fronteiras com a Hungria, mas parte do seu actual território pertenceu à Polónia e à Checoslováquia entre as duas guerras.

Por sua vez, e do ponto de vista geopolítico, a Europa Central pode vir nesta segunda conjuntura a ser atravessada pelo início do processo da desintegração da Checoslováquia, Estado multiétnico em que, desde as suas origens no pós-I Guerra Mundial, a minoria eslovaca sempre se ressentiu do controlo exercido sobre o Estado pela parte mais desenvolvida do país — a Boémia e a Morávia. A transição rápida para a economia de mercado, decidida ao nível central, e um programa de redução e reconversão das indústrias militares que constituem um dos pólos industriais da Eslováquia, vieram agudizar as tensões no interior do Estado e acelerar o processo de exigência de soberania pela Eslováquia, mal aceite pelos checos.

Ora, a Eslováquia é o território estrategicamente mais valioso da Europa Central. Com efeito, é o único que tem simultaneamente fronteiras com a Ucrânia, a Polónia, o país checo, a Hungria (com quem aliás tem problemas relacionados com a minoria húngara) e a Áustria. Uma Eslováquia independente, no contexto da independência da Ucrânia, poderia representar para esta, uma forma de se afirmar nesta região, desde que pudesse estabelecer relações privilegiadas com a Eslováquia, ao nível da segurança.

### **2.5. A desintegração da Jugoslávia e a abertura da crise balcânica**

A desintegração da URSS, com a independência da Ucrânia e da Moldávia, introduz uma primeira alteração na situação geopolítica dos Balcãs, ao retirar à Rússia uma forma directa de influir na região, através do controlo sobre a foz do Danúbio. A desintegração da URSS vem também retirar um dos principais argumentos aos que, no exterior da Jugoslávia, defendiam a manutenção de uma configuração estatal que incluísse o conjunto das suas Repúblicas. Nesta conjuntura vai consumir-se a independência da Eslovénia e da Croácia, em circunstâncias que tenderão a aproximá-las do Norte e as separarão dos Balcãs. Quaisquer que sejam as alterações territoriais que se venham a verificar na Croácia e na Sérvia, acompanhando esta evolução, ela arrasta uma segunda transformação geopolítica nos Balcãs ao separar, no Danúbio, a Europa Central da Europa Balcânica.

A actuação da Sérvia nesta fase —em que deixou de poder contar com a cumplicidade eficaz dos sectores mais conservadores da URSS — parece ter sido orientada por quatro objectivos:

- assegurar que a totalidade da população sérvia exista num mesmo Estado, o que devido à sua distribuição no território exige que a Bósnia-Herzegovina se mantenha no mesmo quadro estatal do que a actual Sérvia;
- enfraquecer territorialmente a Croácia, por forma a atingir simultaneamente dois objectivos: afastar a Croácia do Danúbio (e daí a importância da Eslovénia) e aproximar a Sérvia do Adriático, através das minorias sérvias mais próximas do Adriático (e daí a importância da Krajina e da Dalmácia croata);
- conservar no interior do território do novo Estado que irá organizar as ambições históricas dos sérvios, minorias significativas das etnias de Estados vizinhos, utilizando-as como reféns permanentes, o que exige no entanto algumas concessões no que respeita à autonomia para as regiões em que tais minorias habitam;
- demonstrar aos outros Estados balcânicos, e em particular à Bulgária e à Albânia, que a superioridade militar dos sérvios tem uma total eficácia política, num sistema europeu em que a Alemanha não tem capacidade militar própria, a Itália não dispõe de autonomia de acção e a Rússia deixou de ter meios de intervenção directa nos Balcãs.

A independência da Eslovénia e da Croácia, para além de levantar graves problemas quanto ao futuro estatuto da Bósnia-Herzegovina (que passou a ser o «condensado» da anterior Jugoslávia, ao integrar comunidades de sérvios, de croatas e de eslavos islamizados) pode vir a agravar tensões em torno de três questões que dividem há muito os Balcãs:

- o estatuto da República da Macedónia, região tradicionalmente ambicionada pela Bulgária e cuja independência ou integração nesta última é vista com a maior das apreensões pela Grécia, não só pelos efeitos perturbadores que teria na numerosa minoria macedónia existente na Grécia (não reconhecida como tal), como ainda pela radical alteração que esse facto acarretaria nas vias de acesso terrestres da Grécia aos países da CEE. Uma Macedónia sob influência búlgara daria, por sua vez, à Bulgária um novo poder contratual para negociar com a Grécia um seu segundo objectivo histórico — o acesso em condições seguras ao Mar Egeu. No entanto, a recusa búlgara em aceitar a existência de uma nação macedónia pode vir a limitar a capacidade da Bulgária de exercer uma influência determinante nesta questão. A situação existente durante a guerra fria, com uma República da Macedónia integrada na federação jugoslava, que reconhecia a especificidade nacional macedónia, e a Grécia e a Bulgária com contactos fortemente limitados devido à sua integração em alianças militares e agrupamentos económicos distintos e, sob vários aspectos antagónicos, havia retirado estas questões da cena geopolítica;
- o estatuto do território de Kosovo, maioritariamente povoado de albaneses (em número superior a metade da população da própria

Albânia), actualmente integrado na República da Sérvia que, como se referiu atrás, lhe retirou o estatuto de autonomia. Se, por um lado, é inaceitável para a Sérvia, por razões históricas e emocionais, que Kosovo fique fora do Estado em que estejam organizados os sérvios, por outro, os albaneses de Kosovo, se não lhes for reconhecido o estatuto de República, na «nova Jugoslávia» que se formar a seguir à independência da Eslovénia e da Croácia, ameaçam com a exigência da sua reunificação com a Albânia, o que pode criar uma tensão duradoura nos Balcãs. A importância estratégica da Albânia para o Ocidente — enquanto país muçulmano, situado no meio do Mediterrâneo e controlando em parte o acesso ao Adriático —, se lhe garante protecção face a agressões da Sérvia, dificilmente levará o Ocidente a apoiar a reunificação albanesa;

- as tensões potenciais entre a afirmação nacional macedónia e a protecção dos direitos da minoria albanesa existente na actual República da Macedónia.

Refira-se, por último, que a maior disponibilidade de alguns países ocidentais em aceitar a desintegração da Jugoslávia, uma vez que está em curso a própria desagregação da URSS, que na conjuntura anterior se pretendia evitar, é acompanhada pelo estabelecimento de uma nova ligação entre as evoluções nos dois espaços. Com efeito, actualmente, vários países ocidentais receiam o efeito destabilizador que pode ter nas relações entre Repúblicas ex-soviéticas, com problemas de fronteiras, o exemplo sérvio de realizar ajustamentos territoriais através do recurso à força militar. Se a Sérvia tem contado com a solidariedade da Grécia, posições recentes de dirigentes sérvios podem apontar para uma consciência maior de que a formação de uma nova Jugoslávia, que inclua a Bósnia-Herzegovina e a Macedónia depende da colaboração dos muçulmanos da primeira daquelas Repúblicas e dos macedónios. Em termos externos tal colaboração dependerá mais do apoio da Turquia e da Bulgária do que da Grécia, mas é duvidoso que a Turquia colabore com a Sérvia fora de um quadro político que satisfaça os albaneses de Kosovo.

Não é no entanto de afastar a hipótese que o aumento da influência germano-húngara nos Balcãs leve a uma aproximação entre os mundos ortodoxo e muçulmano (este na sua variante turca) naquela região, invertendo uma das tendências que dominou os últimos séculos.

### **2.6. As novas condições estratégicas e geopolíticas da Alemanha**

Também a situação estratégica e geopolítica da Alemanha sofreu de novo assinaláveis transformações nesta conjuntura, com destaque para quatro aspectos:

- A Rússia deixou de constituir qualquer ameaça convencional terrestre para a Alemanha;
- os Estados Unidos e a Rússia decidiram iniciar um processo de destruição das armas nucleares táticas de curto alcance, devido ao receio

de proliferação nuclear na Europa e na Ásia Central, satisfazendo assim igualmente uma aspiração alemã e facilitando as relações desta com a OTAN (ao mesmo tempo que reduz a *couplage* estratégica com os Estados Unidos às armas nucleares lançadas de avião e de submarino) ;

- a Ucrânia independente e existindo como potência militar de primeiro plano, dispondo actualmente no seu território de importante armamento estratégico e tático nuclear, aumenta a importância para a Alemanha de uma relação o mais estreita possível com os Estados Unidos, potência ocidental com capacidade de influenciar o futuro das relações russo-ucranianas, que determinarão em última instância o comportamento ucraniano. No entanto, e como se referiu anteriormente, a Ucrânia pode estar directamente interessada numa colaboração geopolítica com a Alemanha, aceitando para tal o preço da sua desnuclearização;
- a existência de maiores pressões e de maiores facilidades para que os países da OTAN se envolvam numa garantia da segurança aos países da Europa Central (aos actuais ou a alguns dos que deles resultarem), valoriza o papel regional da Alemanha, cujo território é fundamental para qualquer dispositivo militar que concretize aquela garantia;
- a desagregação das duas federações situadas respectivamente a Norte e a Sul da Alemanha — a Checoslováquia e a Jugoslávia —, criará as condições para um movimento muito forte de aproximação entre a Alemanha, a Boémia/Morávia, a Hungria, a Áustria, a Eslovénia e a Croácia. Esta aproximação pode ter lugar no quadro de uma CEE alargada ou se tal solução for bloqueada no interior da actual CEE, poderia levar à ruptura do consenso existente actualmente na Alemanha em favor do paralelismo entre unificação alemã e aprofundamento da integração europeia.

### **2.7. Aprofundamento e alargamento da CEE**

Nesta conjuntura, avolumam-se as pressões no sentido de um rápido alargamento da CEE, não só aos países da EFTA, como a alguns países de Leste, movimento que conta com o apoio claro da Alemanha. Dois factores desempenham um papel relevante nesta tendência:

- os países da EFTA, que por razões de ordem económica haviam revelado maior interesse numa adesão à CEE, vão beneficiar da nova postura da Rússia no que respeita à segurança da sua fachada europeia, processo patente na revisão do tratado de amizade e cooperação com a Finlândia. Neste novo contexto, a neutralidade passa a ser concebida mais como uma condição para a independência de acção nacional do que como um activo de valor europeu. Para alguns desses países, com maiores tradições de acção externa na Europa e no Mundo, a adesão à CEE não é vista como uma mera operação económica, mas também como um meio de alargar a sua influência externa. Mesmo a inclusão de uma vertente de segurança no quadro da CEE não levanta problemas a países como a Suécia, desde que a Comunidade não incorpore

directamente uma vertente militar e desde que a Aliança Atlântica continue a fornecer o quadro principal de enquadramento militar dos países europeus seus actuais membros;

- os países da Europa Central, a braços com as consequências económicas da extinção do COMECON e da crise na URSS, revelam uma intenção cada vez mais clara de institucionalizar as suas relações com a CEE, na perspectiva inequívoca de uma adesão a prazo. Ao mesmo tempo valorizam cada vez mais a continuação da presença militar americana no continente europeu, face aos processos desencadeados pela desintegração da URSS. O seu desejo de formalizar uma relação de segurança com a OTAN é por sua vez mais fácil de aceitar devido à própria evolução do posicionamento da Rússia, também patente no novo tratado de amizade e cooperação celebrado com a Checoslováquia.

As relações franco-alemãs estão hoje no centro do debate sobre a articulação entre aprofundamento e alargamento da CEE. A França receia o alargamento pelo que este pode significar de redução da sua capacidade de influenciar as políticas comunitárias e de reforço da projecção da Alemanha. Perante a determinação desta em realizar o alargamento, a França está a procurar uma direcção para o aprofundamento que contribua para:

- a protecção das indústrias da defesa e do espaço, único sector industrial em que se verifica uma superioridade relativa francesa;
- a obtenção pela França, num quadro europeu, das capacidades estratégicas ao nível da observação militar a partir do espaço e dos meios logísticos de intervenção militar a longa distância;
- a criação de um enquadramento europeu para a presença militar francesa na Alemanha, sem obrigar à reintegração na estrutura militar da OTAN;
- a garantia de uma disciplina europeia nos órgãos da OTAN, no momento em que a França se irá ver forçada a reintegrar estruturas de decisão e planeamento militar da Aliança, para não ficar marginalizada;
- as condições ao nível da cooperação em política externa que evitem à França ter que competir abertamente com a Alemanha na Europa de Leste e no Médio Oriente, num período em que não tem os meios económicos para ser, com credibilidade, um pólo autónomo de influência.

A prazo, a resposta da França às pressões alemãs para o alargamento, não se pode limitar a estas direcções de aprofundamento. Incluirá, provavelmente, um apoio ao alargamento a países que possam constituir um contrapeso à Alemanha, entre eles a Suécia e outros países da Escandinávia.

### **2.8. Do Cáucaso ao Kurdistão**

A desagregação da URSS, e a decisão russa de retirar tropas da cintura exterior do Cáucaso, deixa apenas a factores externos a contenção do conflito que se arrasta entre a Arménia e o Azerbaijão, a propósito do



enclave de Nagorno-Karabakh. Entregue a si próprio, este conflito pode ganhar a dimensão de um confronto entre os mundos cristão e muçulmano, no momento em que:

- se verificam movimentos separatistas na própria Federação russa, por parte de Repúblicas e regiões autónomas povoadas por muçulmanos (incluindo as que se localizam na cintura interior do Cáucaso) ;
- se inicia a convivência entre Estados eslavos e Estados muçulmanos, na nova Comunidade de Estados Independentes, criada pelos primeiros e alargada posteriormente aos segundos.

A complexidade da situação no Cáucaso é ainda maior se se tiver em conta a potencial interacção entre os efeitos da desagregação da URSS naquela região e as tensões que se têm acumulado no Kurdistão Iraquiano após a guerra do Golfo, interacção realizada através do comportamento do Irão e da Turquia, países afectados pelos dois processos.

Assim, a independência do Azerbaijão ex-soviético, cuja população azeri é menos numerosa do que a que se encontra do outro lado da fronteira, num Estado tão centralizado como o Irão, pode constituir um risco para a unidade deste país, enquanto para a Turquia o Azerbaijão independente é encarado como um parceiro regional do maior interesse.

Por sua vez, a eventual queda do actual regime iraquiano com a colaboração dos Kurdos e dos Xiitas e a transformação do Iraque num Estado unitário com autonomias ou mesmo num Estado federal, não pode deixar de afectar a Turquia, cuja população kurda é três vezes mais numerosa do que a que habita o Iraque (embora o prosseguimento das mudanças recentes operadas pela Turquia no tratamento da questão kurda possa reduzir os efeitos desestabilizadores de tal evolução). Refira-se, igualmente, que o Irão, com a sua própria minoria kurda, não deixará de ser igualmente afectado.

Uma das mais perigosas evoluções que se poderia verificar na região seria a tentativa por parte do Irão de adquirir uma capacidade nuclear, como meio de se proteger dos factores regionais que o ameaçam e de, ao mesmo tempo, maximizar a sua influência no Golfo e na Ásia Central.

### **2.9. Do Afeganistão à Ásia Central**

Na conjuntura anterior tinha-se assistido à retirada militar soviética do Afeganistão, mantendo-se o apoio militar e económico ao regime de Kabul e à política de «reconciliação nacional» do Presidente Najibullah, orientada para impedir uma vitória militar dos guerrilheiros muçulmanos, sob a direcção das facções mais alinhadas com o Paquistão e com o seu antigo projecto de formação de uma confederação afegano-paquistanesa<sup>3</sup>.

Nesta nova conjuntura, a Rússia está a negociar directamente com várias facções muçulmanas, sem exigir um papel específico para o partido do Presidente Najibullah, cujo afastamento da cena política é

por ela aceite. As forças políticas com quem está a ser realizada a negociação são basicamente as seguintes:

- o partido radical islâmico com forte implantação, não na principal etnia afegã — os Pushtuns — mas nos sunitas de expressão persa que, não obstante diferenças étnicas, se vieram a assumir durante a guerra com o Tadjiques;
- a coligação de partidos representativos dos xiitas afegãos de expressão persa — os Hazaras — que, ao longo dos últimos anos haviam tentado ganhar maior autonomia face ao Irão;
- partidos representativos das facções islâmicas moderadas de etnia Pushtun, nomeadamente da coligação tribal que tradicionalmente suportava a monarquia afegã, derrubada pelo golpe comunista de 1978.

Esta coligação de forças mantém a orientação antipaquistanesa e antisaudita, ao excluir os três partidos mais alinhados com estas duas influências. No entanto, e face à impossibilidade de realizar o projecto de uma confederação afegano-paquistanesa, pode vir a assistir-se, nesta nova conjuntura, a uma aproximação entre o Paquistão e o Irão.

Em termos regionais, a evolução da situação no Afeganistão repercute-se necessariamente na relação de forças entre as grandes etnias que ocupam a parte meridional da Ásia Central da ex-URSS. Assim, se os Usbeques haviam constituído um dos principais apoios do regime pró-soviético de Kabul, encontrando nessa função uma forma de expandir a sua influência na Ásia Central, vão ser agora os Tadjiques do Afeganistão a constituir o pólo agregador de uma eventual coligação que impeça a guerra civil generalizada neste país.

Ora, a rivalidade entre os Usbeques e os Tadjiques pode vir a dominar a ex-Ásia Central soviética, sendo o Usbekistão a mais populosa das Repúblicas, incluindo no seu actual território os dois maiores centros urbanos tadjiques e existindo uma significativa minoria usbeque no Tadjikistão, num contexto em que a escassez potencial de recursos hídricos fornece a base para violentos conflitos étnicos. O sentimento de marginalização pelas Repúblicas eslavas e a desigualdade de forças perante a Rússia pode levar o Usbekistão a lançar a ideia da reconstituição de um Turquestão que aglutinasse várias das Repúblicas da Ásia Central ex-soviética, ideia até agora rejeitada pelo Tadjikistão.

### **3. Terceiro processo — A afirmação da Rússia**

O processo de afirmação internacional da Rússia em termos estratégicos, geopolíticos e económicos, como potência mundial mas fora do quadro imperial, está no seu início e vai ser adicionalmente complicado por ocorrer no exacto momento em que se intensificam os movimentos separatistas de Repúblicas autónomas existentes no interior da actual Federação Russa. Estes movimentos serão tanto mais difíceis de gerir quanto alguns deles se reportam a questões territoriais associadas às deportações de

povos inteiros, realizadas após a II Guerra Mundial. De entre os movimentos separatistas, dois merecem uma particular referência:

- a República tártara, cuja importância advém de ser a maior das Repúblicas autónomas, de ocupar uma posição geográfica central na Rússia, de ser um território industrialmente desenvolvido e de entre os seus dirigentes se incluírem membros destacados do movimento panturco, e também porque o território de onde foram expulsos os tártaros é exactamente a Crimeia que, como vimos atrás, pode constituir um importante factor de tensão entre a Rússia e a Ucrânia;
- as Repúblicas autónomas do Cáucaso, e em particular a interacção entre o movimento separatista dos Tétchénes e a reivindicação dos Ossetes, interacção que a dar-se tenderia a generalizar-se ao Cáucaso, devido à total oposição da Geórgia a qualquer movimento separatista da Ossetia do Sul, e por consequência à reunificação desta com a Ossetia do Norte, actualmente integrada na Federação Russa.

A gestão dos problemas relacionados com os movimentos separatistas nas Repúblicas autónomas da Rússia terá que ter em conta o compromisso assumido pela Presidência russa perante a Alemanha de reconstituir uma República autónoma dos Alemães do Volga, suprimida por Estaline no pós-II Guerra Mundial, em paralelo com a deportação da respectiva população de origem alemã para outras partes da URSS e, nomeadamente, para o Kasaquistão.

Para além da questão do separatismo no seu interior, a Rússia nesta nova conjuntura vai ter que resolver dois problemas territoriais, herdados da II Guerra Mundial e que envolvem o Japão e a Alemanha:

- o estatuto das ilhas Kurilhas, que foram anexadas pela URSS e que pertenciam anteriormente ao Japão. Esta questão impediu até agora a celebração de um tratado de paz entre os dois países, exigindo o Japão a resolução deste problema como condição prévia para um apoio económico continuado e em larga escala à Rússia. Podem conceber-se várias soluções, desde a devolução das quatro ilhas, a uma devolução inicial parcial, susceptível de evoluir a prazo para uma solução total, até a um esquema de «co-propriedade». As negociações com o Japão serão difíceis dada a preferência japonesa por uma devolução das quatro ilhas;
- o estatuto do território de Kaliningrad, situado entre a Lituânia e a Polónia, que historicamente fez parte da Prússia Oriental e que a URSS exigiu em Potsdam e povoou posteriormente com população russa. São várias as soluções possíveis para esse território, desde a criação, já decidida, de uma zona económica especial, à proposta defendida por círculos influentes da Alemanha de «aquisição» do território, ou à criação de uma República Autónoma do Báltico, aberta à colaboração económica com a Alemanha e outros países. Uma partilha de influência entre a Alemanha e a Rússia neste território significaria por sua vez uma posição mais frágil para a Polónia.

Qualquer destes dois territórios tem um grande valor estratégico para a Rússia, respectivamente no Noroeste do Pacífico e no Báltico, mas são

diferentes as posições negociais de partida do Japão e da Alemanha. Com efeito, a aceitação pela Alemanha das suas fronteiras do pós-guerra, e a enorme pressão dos outros países europeus para que a Alemanha permaneça fiel a esse compromisso, dá à Rússia maior margem de manobra para negociar eventualmente com a Alemanha um estatuto novo para aquele território que não passe por uma devolução do mesmo.

Neste contexto, as hipóteses que se vão formular quanto às possíveis direcções de afirmação estratégica e geopolítica da Rússia são muito aleatórias. Formularam-se, a título de exemplo, dois cenários baseados em duas escolhas diferentes, quer de relacionamento privilegiado no interior do espaço ex-URSS, quer de relacionamento com seis potências — Estados Unidos, Alemanha, Japão, Irão, Turquia e Arábia Saudita.

### **3.1. Primeiro cenário — A Rússia, a Europa e o Atlântico**

#### ***A Rússia e a ex-URSS***

As características principais deste cenário seriam as seguintes:

- a Rússia privilegiaria a manutenção de uma organização conjunta ao nível militar e económico com as Repúblicas eslavas — Ucrânia e Bielorrússia —, a organização que poderia ser aberta a ex-membros do Pacto de Varsóvia e do COMECON;
- a Rússia, ao mesmo tempo que aceitaria abrir esta organização conjunta das Repúblicas eslavas às Repúblicas da Ásia Central, recusaria uma relação privilegiada com elas, posição traduzida na dupla recusa de uma cidadania comum e de um orçamento comum, que consagrasse a coresponsabilidade russa pelo desenvolvimento económico destas Repúblicas;
- a Rússia teria, no entanto, que fazer algumas concessões ao Kazaquistão, mas num contexto em que este dificilmente poderia aspirar a um papel fulcral na Ásia Central;
- a separação clara das Repúblicas muçulmanas da Ásia Central daria, simultaneamente, uma maior margem de manobra à Rússia para afrontar os movimentos separatistas de raiz muçulmana no seu próprio interior;
- a Rússia evitaria fazer concessões territoriais, preferindo por isso a aproximação à Alemanha — traduzida no restabelecimento da República dos Alemães do Volga e num estatuto para Kaliningrad com fraco papel para os alemães — e adiando uma aproximação ao Japão até este aceitar uma solução para as Kurilhas que não passasse por uma devolução.

#### ***A Rússia e as outras potências***

As características principais deste cenário seriam as seguintes:

- a Rússia e a comunidade eslava privilegiariam as relações com a Alemanha e os seus mais directos aliados (Áustria e Hungria), aceitando participar numa divisão das esferas de influência na Europa Central e Balcânica, organizando-se a influência eslava através da adesão à organização conjunta das Repúblicas eslavas da ex-URSS. A Rússia, aceitando que a

Ucrânia tivesse um papel central nesta dupla relação com o mundo de influência germânica e com o mundo eslavo exterior à ex-URSS, preferiria igualmente esta direcção privilegiada de relacionamento;

- o estreitamento das relações germano-russas não excluiria, no entanto, idêntico movimento ao nível das relações franco-russas quer porque as indústrias da defesa e do espaço francesas são parceiras naturais das suas congéneres russas, quer porque a Rússia poderia tender a «isolar» a Ucrânia das potências continentais europeias, deixando o seu desenvolvimento económico mais dependente dos países anglo-saxónicos e escandinavos. Neste cenário, a Rússia procuraria assim desenvolver as suas relações com uma CEE alargada, que assumiria a maior responsabilidade pela ajuda externa à Comunidade eslava;
- as relações com os Estados Unidos, caminhando no sentido de uma redução muito significativa dos armamentos estratégicos e convencionais, não desempenhariam neste cenário um papel central. O aprofundamento dessas relações passaria sempre pela Europa, através por exemplo de uma reformulação da OTAN. Sem excluir formalmente os Estados Unidos da Europa, a Rússia procuraria reequilibrar a relação de forças a nível mundial, aproximando de si o par franco-alemão, procurando que a competição entre esses dois países se saldasse por uma corrida de ambos à intensificação das relações com a Rússia;
- a Rússia privilegiaria as relações com o Irão, com quem contaria para disciplinar o Cáucaso, a quem ofereceria um papel importante no Afeganistão e na Ásia Central ex-soviética. Eventualmente, o Irão seria capaz de fortalecer a recentemente reactivada organização regional com dois aliados tradicionais dos Estados Unidos — o Paquistão e a Turquia. A relação com o Irão poderia, por sua vez, constituir a base para uma política franco-alemã no Golfo, mais independente dos Estados Unidos;
- o não privilegiar das relações com o Japão deixaria a China confortada com o papel da única alternativa que se abriria ao Japão para se afirmar internacionalmente. Estaria mais próxima a constituição de um bloco económico asiático, paralelo à aproximação europeia liderada pela Rússia, que pelas características do seu território continuaria no entanto a ter uma presença asiática;
- este cenário, começando por aparecer como o que realizaria uma transição mais rápida para a economia de mercado das Repúblicas mais desenvolvidas da ex-URSS, sob inspiração anglo-saxónica, acabaria por se traduzir, a prazo, na maior redução da influência dos Estados Unidos.

### ***Obstáculos e factores de instabilidade do cenário***

Os principais obstáculos a este cenário são os seguintes:

- a Alemanha, absorvida com os custos da reunificação, com o apoio à reestruturação económica da Boémia, da Hungria e da Croácia e com as responsabilidades que lhe cabem face aos países menos desenvolvidos da CEE, dificilmente pode fornecer um grande apoio ao espaço eslavo;

- a Ucrânia dificilmente aceitará uma solução organizativa em que, ao nível económico e militar, o seu principal parceiro continue a ser a Rússia;
- o abandono da Ásia Central, num período de nova ascensão do fundamentalismo islâmico e de fortes riscos de proliferação nuclear, abre um vazio estratégico numa das zonas mais próximas do Golfo.

### **3.2. Segundo cenário – A Rússia, a Ásia e o Pacífico**

#### **A Rússia e a ex-URSS**

As características principais deste cenário seriam as seguintes:

- a Rússia privilegiaria as relações ao nível económico e militar com as Repúblicas da Ásia Central, assumindo uma co-responsabilidade pelo seu desenvolvimento, ao mesmo tempo que alargaria a aliança defensiva às outras Repúblicas da ex-URSS que quisessem obter nessa aliança um meio de estabilizar as fronteiras com Repúblicas vizinhas e outros Estados;
- a relação da Rússia com a Ucrânia seria estabelecida a partir de uma diferenciação entre os níveis estratégico e económico, de forma paralela ao que acontece hoje na OTAN, em que os Estados membros pertencem a três agrupamentos económicos (CEE, EFTA, Zona de Comércio Livre da América do Norte) . Assim, a Rússia e a Ucrânia pertenceriam a um mesmo agrupamento estratégico que garantisse as fronteiras, mas ao nível económico a Ucrânia pertenceria a um agrupamento do Mar Negro, com a Roménia, a Bulgária, a Turquia e eventualmente outros países Balcânicos e do Cáucaso. Este agrupamento económico teria os seus pilares na Ucrânia e na Turquia, países que pertenceriam a agrupamentos estratégicos diferentes, mas não antagónicos (dada a estreita relação que neste cenário existiria entre a Rússia e os Estados Unidos);
- a relação privilegiada da Rússia com as Repúblicas muçulmanas da Ásia Central facilitaria o envolvimento destas na procura de uma solução para as Repúblicas autónomas muçulmanas da Rússia;
- a Rússia aceitaria negociar com o Japão um estatuto de evolução gradual para as Kurilhas, provavelmente oferecendo em paralelo uma coresponsabilidade pelo desenvolvimento da ilha Sakhalin, por exemplo sob a forma de *joint-ventures* para a exploração dos jazigos de hidrocarbonetos.

#### **A Rússia e as outras potências**

As características principais deste cenário seriam as seguintes:

- a relação com os Estados Unidos constituiria a principal relação externa da Rússia, assente numa colaboração estratégica e económica. Ao primeiro nível integraria uma alteração no dispositivo naval dos Estados Unidos no Pacífico Noroeste; uma nova redução das armas nucleares estratégicas, como meio de assegurar a total desnuclearização da Ucrânia; o início de uma colaboração para a instalação de defesas antimísseis, com



um importante segmento localizado no espaço e, inicialmente, orientada para um mais efectivo controlo sobre a proliferação nuclear nos países do Sul; o desenvolvimento paralelo de um grande programa de fusão nuclear com base em tecnologias separadas das utilizações nucleares militares. Ao nível económico, o aspecto principal seria a atribuição à Rússia de um lugar proeminente nas organizações económicas internacionais, permitindo assim à Rússia receber o auxílio japonês num quadro multilateral, e aos Estados Unidos garantir um papel chave na integração da Rússia na economia mundial, numa fase em que não dispõe dos meios financeiros próprios para o fazer. Não é de excluir que, a prazo, essa colaboração chegasse a uma reformulação do sistema monetário internacional, tendo como núcleo uma colaboração entre os Estados Unidos, a Rússia e o Japão;

- a colaboração estratégica entre os Estados Unidos e a Rússia, nos termos referidos, teria duas importantes consequências para países terceiros e, nomeadamente, para a Alemanha e o Japão que veriam mais relativizada a importância da detenção de armas nucleares como atributo de poder a nível internacional, ao mesmo tempo que a França e a China veriam desvalorizado o seu principal investimento estratégico. Simultaneamente, a Alemanha e o Japão veriam reduzida ainda mais a ameaça que para qualquer deles representaria a Rússia, mas num contexto em que a aproximação Estados Unidos-Rússia limitaria a possibilidade de daí retirarem uma margem de manobra adicional face aos Estados Unidos;
- a relação com o Japão constituiria uma segunda prioridade, traduzida por um volume substancial de investimento japonês em grandes programas de infra-estruturas e exploração de recursos, de interesse mútuo. De qualquer forma, a aproximação da Rússia ao Japão não poderia excluir a China, já que seria necessária a sua colaboração para desnuclearizar a península coreana, antes de um processo de reunificação gradual das Coreias e para impedir ou travar a aquisição de uma capacidade nuclear por parte do Irão, que desestabilizaria o Médio Oriente, o Golfo e a Ásia Central;
- a Rússia privilegiaria, na Europa, as relações com a França, cujo modelo económico de economia mista com forte peso de mercados e encomendas públicas e de grandes empresas estatais em sectores estratégicos forneceria uma inspiração e parceiros potenciais. Esta relação seria tanto mais forte quanto a França procedesse a uma revisão profunda do seu dispositivo geopolítico pós-reunificação alemã, abandonando a prioridade absoluta ao fortalecimento da CEE e à manutenção do tradicional afastamento dos Estados Unidos, para optar pelo estreitamento das relações com a Rússia e o Japão e por uma clara aproximação aos Estados Unidos, como forma de lidar com a proeminência da Alemanha e da sua zona de influência na Europa;
- a relação com a Turquia revestiria um papel importante, podendo contribuir para a estabilização da frente interna na Rússia, no que respeita às Repúblicas autónomas do Cáucaso e dos Tártaros. As contrapartidas

que a Turquia poderia esperar dessa sua intervenção tanto poderiam dizer respeito a uma maior aproximação com o Azerbaijão ex-soviético, como ao apoio da Rússia a uma evolução interna no Iraque, que sem desencadear um movimento independentista kurdo, enfraquecesse o poder central e permitisse à Turquia acrescentar ao seu controlo sobre o principal *pipeline* de escoamento do petróleo do Kurdistão, uma participação no capital de uma empresa que tivesse o exclusivo da sua exploração. Em ambos os casos — Azerbaijão ou Kurdistão — existiria uma relação da Turquia com um produtor petrolífero, o que se explica pelo facto da influência turca nos Balcãs (no quadro do agrupamento económico do Mar Negro, atrás referido) poder vir a ser maior se estiver ligada a uma substituição da ex-URSS e dos seus aliados no Médio Oriente, na função de garante do abastecimento petrolífero daquela região;

- a relação com a Arábia constituiria um elemento importante na organização da influência russa na Ásia Central, tanto mais vantajosa para a Rússia quanto aquele país não está geograficamente próximo da região, embora esteja vitalmente interessado nela, quer porque esta permite à Arábia Saudita reforçar o seu peso ideológico e político fora do mundo árabe, dando-lhe maior independência para lidar com os problemas especificamente árabes, quer porque lhe permitiria constituir na retaguarda do Irão um actor, ou confederação de actores, que esteja do seu lado na rivalidade principal do Golfo, num período de provável enfraquecimento do Iraque. Seria de conceber até uma convergência de acções entre a Arábia Saudita e a Turquia em algumas das Repúblicas da Ásia Central ex-soviética, com a primeira a contribuir financeiramente e a segunda a oferecer um modelo de evolução para uma economia de mercado;
- neste cenário, a Alemanha, reforçando à mesma o seu papel na Europa, ocuparia claramente um papel menos central a nível mundial.

### ***Obstáculos e factores de instabilidade do cenário***

De entre os vários obstáculos e factores de instabilidade deste cenário refiram-se os seguintes:

- para qualquer dos países referidos, este cenário representaria um corte radical com posturas geopolíticas anteriores, sendo que para cada um deles a margem de risco é tanto maior quanto existe incerteza relativamente à adopção pelos outros das posições correspondentes definidas neste cenário;
- a colaboração entre os Estados Unidos e o Japão é fundamental neste cenário, já que os Estados Unidos não dispõem de meios financeiros para apoiar massivamente a economia civil russa. O agravamento das tensões nipo-americanas, uma preferência japonesa para privilegiar as relações com a China ou o assumir pelo Japão de uma posição intransigente na questão das Kurilhas, tenderiam a inviabilizar este cenário;

- o comportamento da China e do Irão, que se podem sentir excluídos de um papel central neste cenário, pode ser um factor de instabilidade, tanto maior quanto essas duas potências actuassem de forma articulada. Refira-se, no entanto, que a relativa marginalização da República Popular da China pode acelerar as tendências para a reunificação chinesa, em que Taiwan e o Kuomintang desempenhassem um papel central; as dificuldades em obter uma solução para o conflito israelo-árabe e, nomeadamente, para o futuro estatuto de Jerusalém, se se entrar num período de ascensão das forças fundamentalistas no mundo árabe sunita (ex-Sudão, Argélia). Sem esse acordo no Médio Oriente é difícil conceber uma colaboração estabilizadora da Arábia Saudita e da Turquia na Ásia Central ex-soviética, em sintonia com os Estados Unidos.

31 de Dezembro de 1991

### NOTAS

---

<sup>1</sup> Strategic Survey 1990/91, International Institute for Strategic Studies.

<sup>2</sup> JAMES Gow, «Deconstructing Yugoslavia», Survival, Julho/Agosto 1991.

<sup>3</sup> OLIVIER ROY, «The Lessons of the Soviet/Afghan War», Adelphi Papers 259, Verão de 1991, International Institute for Strategic Studies